



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Moraes votou a favor de si mesmo em ação contra Eduardo, diz DPU

A Defensoria Pública da União (DPU) afirmou ao Supremo Tribunal Federal (STF) que o ministro Alexandre de Moraes decidiu sobre a própria imparcialidade ao atuar em uma denúncia contra o ex-deputado Eduardo Bolsonaro (PL). A argumentação consta nas alegações finais apresentadas pela DPU no processo no qual o ex-parlamentar é acusado de coação no curso do processo no âmbito do julgamento que condenou o ex-presidente Jair Bolsonaro por golpe de Estado.

A questão foi utilizada como um dos argumentos para o órgão pedir a anulação da ação. Segundo a petição, o próprio Moraes participou do julgamento que rejeitou o pedido de impedimento apresentado pela defesa do ex-deputado e votou contra a solicitação para se declarar impedido de atuar no caso.

“Dado de singular relevância, consistente no fato de que o acórdão de recebimento da denúncia foi proferido pelo próprio Ministro Relator, que votou pela rejeição da preliminar de impedimento arguida em seu próprio desfavor. Ou seja, o Ministro Alexandre de Moraes decidiu sobre sua própria imparcialidade para julgar o processo em que figura como vítima”.



Ministro Alexandre de Moraes julga o ex-deputado Eduardo Bolsonaro em processo no STF

A peça sustenta que o relator deveria ser impedido de atuar no caso por ser apontado pela acusação como vítima direta das supostas condutas atribuídas a Eduardo. Para a DPU, isso comprometeria a validade de qualquer decisão proferida no processo.

“No presente caso, o acusado está sendo processado e será julgado pela autoridade apontada como vítima direta da conduta que lhe é imputada na denúncia”, escreveu a Defensoria.

Juiz em causa própria

A DPU argumenta que o impedimento do relator é uma

exigência do Estado Democrático de Direito e não um julgamento pessoal sobre Moraes.

“O reconhecimento do impedimento não é um juízo sobre a pessoa do Ministro Relator. É uma exigência estrutural do Estado Democrático de Direito, que não admite que ninguém seja juiz em causa própria”.

Nas alegações finais, a Defensoria também pede a nulidade do processo por suposta irregularidade na citação de Eduardo, que estava nos Estados Unidos quando foi citado. A DPU afirma que o procedi-

mento correto seria a expedição de carta rogatória.

O documento cita ainda que Paulo Figueiredo, correu no processo e também residente no exterior, foi citado por carta rogatória, o que demonstraria “dois pesos e duas medidas”.

No mérito, a DPU sustenta que as declarações públicas e articulações políticas atribuídas a Eduardo Bolsonaro não configuram grave ameaça nem caracterizam o crime de coação no curso do processo. A peça afirma ainda que as manifestações estariam protegidas pela liberdade de expressão e pela imunidade parlamentar.

Edilson Rodrigues/Ag. Senado



Flávio Bolsonaro aparece atrás de Lula em pesquisas

Tracking de Flávio Bolsonaro

O tracking (pesquisa interna) da campanha de Flávio Bolsonaro aponta que o senador está entre 4 e 6 pontos atrás de Luiz Inácio Lula da Silva após a revelação dos diálogos com o banqueiro Daniel Vercaro.

Aliados do senador, contudo, acreditam haver tempo hábil para reverter o cenário. Para isso, apostam no desgaste do presidente e torcem pelo avanço das investigações que miram eventual relação do empresário Lulinha com suspeitos de orquestrarem as fraudes no INSS.

Zeca Dirceu: deputados estão mudando voto na 6x1 devido à pressão popular

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

O deputado federal Zeca Dirceu (PT) afirmou que a pressão nas redes sociais já produz efeitos na tramitação da proposta que acaba com a escala 6x1 na Câmara dos Deputados. Segundo o parlamentar, deputados passaram a rever posicionamentos e até retirar assinaturas de emendas apresentadas contra o texto.

“A pressão das redes, é claro, está dando efeito. Deputados retirando assinaturas de emendas, deputados ponderando melhor a sua posição. Isso é um sinal de que a democracia funciona no país, que a pressão popular é sentida e respeitada pelo Congresso Nacional”, declarou.

A fala ocorre em meio às negociações finais da PEC que reduz a jornada de trabalho de 44



Deputado federal Zeca Dirceu é a favor do fim da escala 6x1

para 40 horas semanais, sem redução salarial. O presidente Lula (PT) e o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos), devem se reunir nesta segunda-feira (25/5) para fechar os últimos pontos do texto antes da votação na comissão especial e no plenário.

Segundo Dirceu, o relatório deve manter a “espinha dorsal” da proposta, sem previsão de transição gradual para o fim da escala 6x1. “Nós vamos manter a espinha dorsal do projeto, é o fim da escala 6x1 já, nada de escalonamento”, afirmou.

O deputado também atribuiu ao presidente da Câmara um papel “decisivo” nas negociações da proposta. “O presidente Hugo Motta tem tido um papel decisivo, extremamente importante, está diretamente envolvido com o assunto. Essa conversa dele com o presidente Lula tem sido fundamental”, disse.

A expectativa, segundo o parlamentar, é concluir a votação na comissão ainda nesta semana antes do envio do texto ao plenário. Ao defender a proposta, Dirceu afirmou que jornadas menores podem aumentar a produtividade e reduzir afastamentos por problemas de saúde.

“O trabalhador descansado, com saúde, que vai na igreja, que fica com a família, ele produz mais. Ele trabalha melhor, ele não pega atestado, ele não fica doente”, declarou.

Ken Chu/Sec. Turismo - SP



Banqueiros da Faria Lima dizem ter sido enganados

Banqueiros decepcionados

Influentes banqueiros, pralá de conhecidos na Faria Lima, alegam ter sido enganados por Flávio Bolsonaro. O grupo diz ter perguntado ao senador, antes da revelação das mensagens, se ele havia mantido alguma relação pessoal ou de negócios com Vercaro. E afirmam que a resposta na ocasião foi direta: “Não”.